

Apresentação.....	5
CIRANDA DE ASSESSORES E ORÇAMENTO NO PODER LEGISLATIVO Breno Vinícius de Góis	7
EXTRAFISCALIDADE: A GESTÃO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS EM BELÉM Marina Rocha Pontes de Sousa	21
IPTU – REFLEXÕES DECORRENTES DA EXPANSÃO DA ZONA URBANA DOS MUNICÍPIOS Tatiane Mattos França Bohmer e Livia Pachalski Santin	46
OS INSTRUMENTOS AUXILIARES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: REVERBERAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA EFICIÊNCIA André Bastos Vaccarezza	60
INSTRUMENTOS DE CONCRETIZAÇÃO DA EQUIDADE APLICADOS NO ORDENAMENTO TERRITORIAL À LUZ DO DIREITO PORTUGUÊS E DO DIREITO BRASILEIRO Tânia M. Calcagno Vaz Vellasco Pereira	77
OS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS COMO FORMA DE VIABILIZAR O ACESSO À JUSTIÇA: UM OLHAR SOBRE O OBJETIVO 16 DA AGENDA 2030 DA ONU Isabelle Almeida Vieira e Pedro Ricardo Lucietto Piccinini	89
A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL: OS SEUS CUSTOS E O ALCANCE SOCIAL Oswaldo José Gonçalves de Mesquita Filho e Daniel Gaio.....	102

Apresentação

As questões jurídicas relativas ao Município apresentam reflexos complexos e dinâmicos na vida cotidiana da população. Nesta linha, apresentamos a 14ª edição da Revista da ESDM. Conduzimos a Revista de modo que seja atrativa ao meio acadêmico do *stricto sensu* e possa ser um instrumento de debate qualificado na área de interesse dos operadores do Direito Municipal.

Esta edição reúne sete artigos com temas atuais, que mobilizam diferentes abordagens no estudo das questões municipais, voltados a evidenciar contextos, práticas e discussões que congregam novas contribuições. Com a presença de autores mestres e doutores, o periódico traz conteúdos sobre: orçamento no Poder Legislativo, direito urbanístico, gestão de resíduos sólidos, incidência do IPTU sobre imóvel com função social rural, negócios jurídicos processuais como uma terceira via de acesso à justiça e mudanças propiciadas pela Nova Lei de Licitações no contexto das aquisições e contratações públicas.

Abre a edição o texto “Ciranda de Assessores e Orçamento no Poder Legislativo”, de autoria de Breno Vinícius de Góis. Com abordagem que envolve o direito administrativo e o constitucional, além de apresentar aspectos práticos sob estes dois ângulos, o autor analisa e propõe aprimoramento no funcionamento da dinâmica da função administrativa nos gabinetes parlamentares, em harmonia com as normas sobre planejamento orçamentário.

Em seguida, Marina Rocha Pontes de Sousa apresenta, em “Extrafiscalidade: a gestão de resíduos orgânicos em Belém”, o estudo do descarte de resíduos sólidos na cidade e propõe normatizar a sua segregação, com o objetivo de fomentar o gerenciamento desse processo e desenvolver paradigma, no qual se formate a cultura de segregar e reciclar os resíduos orgânicos de forma responsável e eficiente na cidade.

Tratando sobre pontos jurídicos polêmicos decorrentes da expansão urbana, este número traz o texto “IPTU – Reflexões decorrentes da expansão da Zona Urbana dos Municípios”, de Tatiane Mattos França Bohmer e Lívia Pachalski Santin. A partir de argumentos discutidos no tema 174, do Superior Tribunal de Justiça, as autoras retomam a discussão acerca da incidência do IPTU sobre imóvel localizado dentro do território urbano, com função social rural.

Ainda nesta seção, com o texto “Os Instrumentos auxiliares na Nova Lei de Licitações: reverberação do princípio constitucional da eficiência”, André Bastos Vaccarezza traz comentários pertinentes e úteis, de caráter dogmático, visando a apresentar e interpretar elementos específicos da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, além de refletir como o gestor público pode extrair diversas potencialidades para redução de custos, absorção de expertise, otimização da gestão e fomento à eficiência administrativa.

Em “Instrumentos de equidade aplicados no ordenamento territorial à luz do Direito Português e do Direito Brasileiro”, Tânia M. Calcagno Vaz Vellasco Pereira realiza o estudo

comparativo entre a legislação urbanística dos dois países. A autora traz informações sobre os possíveis mecanismos postos à disposição da administração pública para repartir os ônus e os benefícios decorrentes das políticas públicas de uso e ocupação do solo, visando evitar e/ou corrigir desigualdades.

Isabelle Almeida Vieira e Pedro Ricardo Lucietto Piccinini, no artigo “Os Negócios Jurídicos Processuais como forma de viabilizar o Acesso à Justiça: Um olhar sobre o objetivo 16 da Agenda 2030 da ONU”, trazem para a discussão as vantagens de adoção do procedimento previsto no art. 190, do Código de Processo Civil, como uma terceira via de acesso à justiça. Entre os temas trabalhados, os autores refletem sobre as dificuldades do acesso à justiça na pandemia da covid-19 e a relevância dos negócios jurídicos processuais diante desse cenário.

Fechando a edição, a discussão sobre direito à moradia é o assunto abordado por Daniel Gaio e Osvaldo José Gonçalves de Mesquita Filho, no texto “A Usucapião Extrajudicial: os seus custos e o alcance social”. Em suas conclusões, a partir dos dados da pesquisa apresentados ao longo do texto, os autores discutem que algumas mudanças são necessárias para que a usucapião extrajudicial possa efetivar, de fato, o direito à moradia.

A revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público e proporcionar maior democratização mundial do conhecimento, sendo um periódico científico semestral, com publicações ininterruptas desde 2015, que tem por missão promover o aprimoramento dos estudos na área do Direito, especialmente na área do Direito Público Municipal.

Agradecemos por todas as contribuições submetidas a esta edição da revista. Aos autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas, obrigada pela significativa colaboração.

Desejamos uma boa leitura.

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
Diretora Editorial da Revista da ESDM
Procuradora Municipal de Porto Alegre